

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E TERRITORIALIDADE CAMPONESA EM IGARAPÉ-AÇU – PA/BRASIL*

Rogério Rego Miranda – UFPA
rogeomiranda2005@hotmail.com**

O campo no século XXI se apresenta cada vez mais subjugado aos grandes centros urbanos e, sobremaneira, capitalizado. No bojo desta marginalização, coloca-se a figura do camponês¹. Para alguns, o camponês desapareceu ou está em vias de desaparecer, alçando agora o papel de proletariado ou de pequeno produtor, ou melhor, de pequeno empreendedor. Levando a estruturação do “novo rural”². Para outros, este agente, mesmo em condições adversas, consegue se reproduzir socialmente em função da própria contradição do modo de produção capitalista, como nos explica Oliveira (2004) ao discutir a territorialidade camponesa³.

Devido nosso estudo ter como tema o camponês e o seu território, a discussão posta acima se torna inevitável e imprescindível, pois parte de visões diferenciadas e intencionais sobre este agente. Neste contexto, observamos que a negação da permanência do campesinato no espaço agrário brasileiro, parte de uma visão homogeneizadora e simplista a cerca das relações dispostas no campo, isto é, de certa forma é legitimar um “olhar” do capital, tendo em vista que a supressão do camponês e a transformação (ideológica) do mesmo em proletariado, ou agricultor familiar, cada vez mais integrado ao mercado – pois é a conjuntura dada, e única possível – acaba estereotipando-o como mais um que vende sua força de trabalho, ou que se torna microempresário do campo. Suprimindo, de tal forma, as resistências, as diversidades de práticas sócias e de relações de trabalho que permeiam o espaço rural.

Dessa maneira, verificamos que mesmo em meio as transformações processadas no campo, como a industrialização da agricultura, em geral o camponês ainda (re)cria estratégias de se reproduzir na medida em que se (re)territorializa, seja através de suas práticas cotidianas, suas tradições, seja através de seu engajamento político em movimentos sociais como os “sem-terra”.

Compartilhando com a concepção de que o camponês se reproduz socialmente, buscamos compreender a territorialidade camponesa no Nordeste paraense, tendo por base empírica o município de Igarapé-Açu, analisando como se dão as relações territorializantes/desterritorializantes.

O objetivo deste estudo consiste em analisar o processo de des-reterritorialização camponesa ocorrido no município de Igarapé-Açu (Nordeste Paraense), no período de 1991 a 2005, enfatizando a ação dos projetos de desenvolvimento rural do governo federal e das inovações tecnológicas implementadas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – seção Pará). Neste

* Trabalho realizado durante o desenvolvimento do Projeto SHIFT sócio-economia do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), sob coordenação do Prof. Dr. Thomaz P. Hurtienne, no período de 2003 – 2004.

** Graduando de Geografia da Universidade Federal do Pará e bolsista PIBIC/CNPq por ocasião da realização da pesquisa. Residente do Conjunto Jardim Europa, Rua Áustria, 101 –Belém/PA. Telefone para contato: (91) 3235-0830

¹ Quando nos referimos a camponês, campesinato, não nos reportamos aos moldes do camponês da Idade Média, mas sim ao camponês proprietário dos meios de produção, ainda que de forma precária. (SOUZA, 1994)

² Ver SILVA (1999)

³ “A análise da agricultura, especificamente a brasileira, deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa, sempre, pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, a peonagem etc, todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento”. (Oliveira, 2004, p. 40)

sentido, tivemos de sistematizar objetivos mais específicos afim de alcançar satisfatoriamente este mais geral, os quais foram: 1. Identificar as políticas públicas federais destinadas ao desenvolvimento rural e explicar suas implicações conjuntamente a ação do Projeto Shift-Capoeira no processo a desterritorialização camponesa em Igarapé-Açu, nos últimos quatorze anos. 2. Analisar as estratégias camponesas para permanecerem (re)territorializados em meio as transformações nas relações de trabalho, propiciadas pelas políticas de desenvolvimento rural do governo federal e pela ação do Projeto Shift-Capoeira, em Igarapé Açu e 3. Identificar os agentes envolvidos no processo de des-reterritorialização camponesa em Igarapé-Açu, no período de 1991 a 2005.

Para alcançar os objetivos supracitados nos pautamos na teoria da produção social do espaço de Henry Lefebvre, em que o espaço é produto, condição e meio das relações sociais. Esta teoria está presente nos trabalhos de José de Souza Martins (1991; 1995; 2004) e de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), sendo estes os dois pensadores em que nosso trabalho se estruturou para entender o processo de produção do território camponês em Igarapé-Açu, o qual pode ser entendido, com base nas concepções desses dois autores, como inserido na lógica do desenvolvimento contraditório e combinado do modo de produção capitalista no Brasil (OLIVEIRA; 2004). Isto é, ao mesmo tempo em que há a capitalização do campo existe, contraditoriamente, a reprodução camponesa.

Outro autor que foi basilar em nossa pesquisa é Teodor Shaninn, sendo este o responsável pela estruturação da teoria da reprodução camponesa, concebendo o campesinato enquanto classe social.

Também, seguindo a mesma linha teórica de Henry Lefebvre, discutimos o conceito de território e de territorialidade a luz das contribuições de Rogério Haesbaert (2004), ou seja, fazendo uma análise do território correlacionando-o a processos de dominação e/ou de apropriação na relação sociedade-espaço. Para este autor existe sempre uma des-reterritorialização, ou seja, sempre existem, simultaneamente, os processos de desterritorialização e de reterritorialização, o que implicaria em uma multiterritorialidade.

Os procedimentos metodológicos utilizados para concretização desta pesquisa consistiram em levantamento e análise bibliográfica necessário para a atualização do tema, seguido de observação de campo e de entrevistas semi-estruturadas para a elaboração de um diagrama de Venn, necessário para a análise das representações.

Tecidas estas ponderações preliminares passemos para os resultados obtidos a partir da primeira fase de nossa pesquisa, a qual objetivou analisar a ação das políticas públicas e das inovações tecnológicas implementadas em Igarapé-Açu, tendo em vista a implicação destas ações na territorialidade camponesa.

O município de Igarapé-Açu pertence a uma região de colonização antiga, possui sua economia voltada basicamente para a agricultura, a qual é de caráter extensivo, utiliza a mão-de-obra familiar e se desenvolve em minifúndios, variando de 25 (vinte e cinco) a 100 (cem) hectares.

A especificidade do município de Igarapé-Açu, no que diz respeito à atual condição do campo no século XXI (BALDUÍNO, 2004), reside em muito no fato de o mesmo se constituir em um lugar para onde convergem políticas públicas nacionais – PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) – ao lado de

iniciativas de estímulo à inovação tecnológica, proposta pela EMBRAPA-PA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – seção Pará) e instituições alemãs – Universidade Livre de Berlim e o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social – SACTES –, as quais consistem no uso de um maquinário de trituração da capoeira, a fim de evitar a queimada. Contudo, esta iniciativa, em virtude de estudos pormenorizados no que tange às relações de trabalho do camponês, não contemplou a complexificação de sua territorialidade, constituída ao mesmo tempo por um sistema de produção mais arrojado (território enquanto dominação), responsável por sua dinâmica de reprodução material, e um conjunto de símbolos (território enquanto apropriação), formadores de suas identidades territoriais. Com efeito, tais políticas e iniciativas contribuíram, contraditoriamente, para um processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2004) camponesa.

Políticas públicas federais de desenvolvimento rural em Igarapé-açu: o caso do PRONAF e FNO.

O governo federal na década de 90 deliberou várias políticas públicas destinadas a agricultura familiar aspirando o desenvolvimento rural, PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar) e o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Contudo, é importante analisar quais os seus objetivos e o público-alvo pretendido, para em seguida fazer um paralelo com a sua aplicabilidade em Igarapé-açu.

A constituição do PRONAF remonta a parceria efetivada entre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) em 1994.⁴ Esta parceria consistiu em uma série de estudos a cerca dos estabelecimentos rurais e com bases nestes estudos, em 1995 foi criado o Pronaf como linha de crédito.

Os financiamentos do Pronaf possuem três linhas principais, os quais são: Infra-estrutura e Serviços; Capacitação e crédito. A primeira visa implantar, ampliar e modernizar a infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar de modo a dinamizar o setor produtivo e assegurar o desenvolvimento rural, onde os municípios demandam e captam os recursos após passarem por critérios de seleção, que leva em consideração o perfil de carência da localidade em questão. O segundo objetiva capacitar tanto agricultores familiares quanto técnicos agrícolas para levantarem as demandas referentes aos agricultores e suas organizações “compatibilizando-as com prioridades e ações dos governos municipal, estadual e federal” (CORRÊA, ORTEGA, 2002), além de definir ações para serem desenvolvidas para o atendimento dos créditos e a elaboração e monitoria das ações do PMDR (Planos Municipais de Desenvolvimento Rural). A última ambiciona o apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares e suas respectivas associações.

O Pronaf -crédito apresenta-se dividido em PRONAF Tradicional, PRONAF Rural Rápido, PRONAF Especial (PRONAFINHO) e PRONAF Reforma Agrária, e a liberação destes financiamentos deve ser efetuada pelo Banco do Brasil, o principal agente financiador.

⁴ Ver Corrêa, Vanessa Petrelli, Ortega, Antônio César. Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar – Qual o seu real objetivo e público alvo?

Os recursos segundo o programa do Pronaf só serão liberados mediante a presença dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR, os conselhos Estaduais do Pronaf e o Conselho Nacional do mesmo Programa. Estes créditos procuram ser diferenciados e direcionados para sujeitos específicos, enquadrados no Programa Pronaf em quatro categorias, cuja base de avaliação é principalmente a renda e a mão-de-obra utilizada no estabelecimento familiar, os quais são: Grupo A, Grupo B, Grupo C e Grupo D, dispostos na tabela abaixo.

TABELA 01 – Categorias dos pequenos agricultores no Pronaf

Categoria	Especificação
Grupo A	Assentados da Reforma agrária
Grupo B	Mini agricultor familiar, com renda bruta anual de até R\$ 1.500 (sem utilização de mão-de-obra, que não seja a familiar)
Grupo C	Agricultor familiar com renda bruta anual entre R\$ 1.500 e 8.000 (empregados temporários)
Grupo D	Agricultor familiar com renda Bruta entre R\$ 8.000 e R\$ 27.5000 (até 2 empregados)

Fonte: Corrêa, Vanessa Petrelli, Ortega, Antônio César. Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar
– Qual o seu real objetivo e público alvo?

Especificamente em Igarapé-açu, o Pronaf, via Banco do Brasil – agência financiadora – proporcionou o financiamento em 1997, de aproximadamente 50 projetos individuais destinados a produção de pimenta do reino, o que correspondeu a 50 hectares de área produzida. Dois anos mais tarde houve a oferta do Pronaf-custeio, e, atualmente, existe o financiamento de projetos direcionados a produção da pimenta do reino e da mandioca, sendo estes créditos liberados de acordo com a renda do agricultor em questão, ou melhor, de acordo com a categoria que o camponês se enquadra no programa do Pronaf. Nesta perspectiva, segundo relatos do secretário da EMATER, houve a liberação de crédito para agricultores do grupo C, os quais receberam crédito para custeio de R\$ 6.000 e investimento de R\$1.800. Sendo o crédito para custeio, destinado a manutenção da produção – principalmente de mandioca – o mais deliberado no presente. Esta liberação seletiva implicou em uma restrição muito grande dos camponeses, os quais ficaram em sua maior parte sem acesso ao crédito. E os que receberam ficaram endividados e sob a ameaça de perda de sua terra por não poderem pagar sua dívida, mediante a baixa produtividade alcançada por eles, em virtude das mudas (as quais eram de má qualidade, segundo os camponeses e os próprios técnicos da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) que eles utilizaram, direcionadas pelo banco, serem específicas aos interesses do Estado, logo desconsiderando as especificidades produtivas e o “saber” local, implicando em uma alteração em suas relações de trabalho, posto que tiveram de modificar suas técnicas de cultivo habitual, no entanto, sem muito êxito, além de terem de aumentar o número de trabalhadores em sua área de plantação, onerando ainda mais seus custos, que já eram grandes pois tiveram de usar mais adubo e implementar maior uso de maquinários (tratores).

Outra política pública importante para ser observada refere-se ao FNO, cuja ativação deveu-se a constituição de 1988, pois ela estabelecia fundos de recursos públicos para o desenvolvimento de três regiões brasileiras, entre elas a região norte (FNO), as quais eram vinculadas à receita federal.

Estes fundos “constituíram a base de empréstimos necessariamente resgatáveis, por regras, todavia, que comportavam a adoção de critérios próprios a cada região” (COSTA, 2000, p. 211).

Entretanto, no seio desta política existia uma tecnoburocracia gestora do fundo, portanto responsável pelos financiamentos liberados a partir de regras de crédito da “modernização conservadora”. De tal modo, houve a intenção de se direcionar os créditos para o consumo de insumos industriais e de técnicas produtivistas, os quais logicamente deveriam obter obrigatoriamente o aval e as determinações das empresas oficiais de extensão rural.

A cerca das diretrizes a serem levadas em consideração no que diz respeito ao FNO, COSTA (2000) constata as seguintes:

- ênfase nas culturas permanentes (uma permanência da proposta camponesa);
- ajustamento da ênfase por discussão com organizações camponesas locais;
- ajustamento da ênfase por recomendações técnicas das entidades oficiais (Emater e Embrapa);
- mediação de personalidade jurídica coletiva para os créditos individuais, inclusive como substituto das garantias reais;
- Imposição das prescrições técnicas por transferência do crédito na forma dos insumos prescritos;
- negociação ano a ano das condições financeiras

A sua aplicabilidade junto ao município de Igarapé-açu, a partir de dados coletados com aos secretários da EMATER e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, se processou por intermédio do BASA (Banco as Amazônia Sociedade Anônima), agência financiadora do FNO, e atingiu um grau de burocratização maior que o Pronaf, pois o primeiro requer ainda obrigatoriamente a comprovação de propriedade da terra por parte do agricultor, requisito hoje, não tão relevante para o segundo.

A dificuldade ao acesso do camponês em adquirir o crédito, se amplia devido a necessidade em se oferecer ao Banco algum bem como garantia e que seja equivalente a 130% do total a ser demandado ao pequeno agricultor.

Esta política pública também faz distinção com relação ao tipo de crédito a ser recebido pelo agricultor em questão, visto que, existe o FNO Especial destinado ao agricultor familiar e o FNO Normal direcionado ao agricultor não familiar.

De uma forma geral, as políticas públicas federais, tais como o PRONAF e o FNO, alteram as relações de trabalho do camponês, haja vista que, para pagar sua dívida contraída pelo financiamento destas políticas públicas, deverão mobilizar mais trabalhadores para aumentar a sua produtividade, e assim auferir um maior percentual de renda, o que aumenta seus custos. Entretanto, o que conseguem vender não necessariamente dá para pagar as suas dívidas, devido não haver projetos e/ou iniciativas locais que viabilizem o escoamento de seus produtos para outros locais de comercialização.

Novas alternativas e inovações tecnológicas como formas de promover o desenvolvimento rural: o caso do Projeto Shift-Capoeira em Igarapé-açu.

O projeto Shift – Capoeira, implementou propostas de alternativas agroecológicas e inovações tecnológicas condizentes com o paradigma do desenvolvimento sustentável, direcionadas para a

“agricultura familiar”, destacando-se o município de Igarapé-açu.

Para efeito de um breve histórico desse projeto constatou-se que desde 1984 há uma cooperação entre Brasil e Alemanha firmado com o objetivo de se estudar alternativas sustentáveis para a floresta amazônica, especificamente na zona Bragantina. Os trabalhos desenvolvidos a partir dessa perspectiva, indicaram a necessidade de uma investigação mais apurada sobre a vegetação secundária e a agricultura familiar baseada em corte e queima.

Portanto, o projeto Shift herdou essas preocupações dos trabalhos anteriores, sobretudo, no que se refere à questão da queimada da vegetação secundária para o preparo de áreas para a prática agrícola. Assim, duas premissas fundamentais foram estabelecidas, segundo Michelotti:

a prática da queimada da vegetação secundária (i) causa emissão de CO₂ – o que produz efeitos ecológicos globais negativos – e (ii) leva a uma produtividade agrícola baixa – freqüentemente decrescente – o que faz com que os agricultores migrem em busca de novas áreas com florestas primárias. Como consequência dessa análise inicial, o projeto traçou objetivos de estudar melhor os fatores agro-ecológicos – bióticos e abióticos – relacionados a regeneração da vegetação secundária na região”(MICHELOTTI, 2002, p.1).

Este projeto desenvolveu-se em fases, cujos objetivos eram diferenciados mas complementares, logo se verifica que:

- A primeira fase efetuou-se entre 1991 e 1995, e possuía por intuito estudos de caráter agro-bio-ecológicos.
- A segunda objetivou o levantamento de informações básicas que oferecessem subsídios para consolidação de alternativas práticas para a manipulação da capoeira suprimindo a queimada, sendo esta fase efetuada no período de 1995 a 1999.
- A terceira etapa do projeto, iniciada a partir de 2000, objetivou testes que permitissem dá um diagnóstico à cerca da viabilidade agrônômica e socioeconômica das práticas alternativas projetadas nas fases iniciais.

Em vias gerais, as intenções do projeto são de possibilitar a introdução de um conjunto de práticas mais sustentáveis para a capoeira a partir de inovações tecnológicas. Contudo, antes de se aprofundar sobre estas tecnologias deve ser efetuada algumas importantes ponderações a cerca das impressões dos pesquisadores da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – seção Pará), órgão gestor do projeto, no que tange a agricultura camponesa, denominada por eles de agricultura familiar, desenvolvida no nordeste paraense.

Nesta perspectiva, evidencia-se ainda algumas visões precipitadas junto a agricultura camponesa da região nordeste do Pará, visto que, muitos verificam nesta uma agricultura itinerante, migratória e que usa como sistema de produção a derruba e queima, generalizando e não concebendo o processo de complexificação da produção presente na mesma. Fato este vislumbrado na fala da pesquisadora da EMBRAPA, Tatiana D. A. Sá:

Há mais de um século, a agricultura familiar é um componente relevante no cenário agrícola do nordeste do Pará, região de antiga fronteira agrícola da Amazônia. Em sua maioria os agricultores dessa região adotam o sistema de agricultura itinerante ou migratória, que busca suprir as necessidades nutricionais das culturas, com os nutrientes acumulados na vegetação secundária que cresce durante o período de pousio entre dois períodos de

cultivo (capoeira), e que utiliza, por falta de melhor opção, a queima no preparo de área⁵

Esta visão dominante a qual sentencia os sistemas de produção camponesa a serem necessariamente de base em culturas anuais, migratórias e de *shifting cultivation*, além de danosos ecologicamente e não rentáveis, é contraposta pela tese de estabilização relativa dos camponeses nas diversas fronteiras do Pará. “Com dados secundários e primários foi mostrado que a pequena produção se baseia cada vez mais na complexificação dos sistemas de produção (integração pelo menos econômica de culturas perenes, pequena criação e gado), e, por isso, na superação do *shifting cultivation* como forma predominante” (HURTIIENNE, 2001, p. 193). Esta visão depreciativa dos pesquisadores idealizadores e que executam a inovação tecnológica provoca um conflito de saberes, entretanto, em virtude do seu “discurso competente”⁶, o pesquisador acaba por se impor e suprimir o conhecimento e as práticas de uso do solo feita pelo camponês, pois simplificam a relação de uso entre este e a sua terra, desconsiderando as transformações que esta passa, como foi devidamente identificado por Hurtienne (2001).

O projeto de Shift-Capoeira, por meio de vários estudos, ainda na primeira fase, atribuiu uma grande importância da capoeira no que diz respeito ao desenvolvimento da “agricultura familiar” na região nordeste do Pará, a partir de reconhecimentos em determinados estabelecimentos familiares, com destaque no Município de Igarapé-Açu.

Com base nesses estudos agro-bio-ecológicos buscou-se “tecnologias que permitissem alcançar estoques de biomassa e bioelementos comparáveis aos obtidos em capoeiras mais velhas, em curto prazo de tempo, compatível com a pressão sobre a terra” (Sá, 2000). Ao par desta iniciativa introduziu-se enquanto alternativas para a superação do sistema de produção de derruba e queima a trituração, e o enriquecimento da capoeira, alvo da segunda fase do projeto, que consistia em:

1. Preparo de área sem queima, onde a queima é substituída pela trituração⁷ da vegetação, sendo sua aplicação feita sobre o solo, como cobertura morta (mulch);
2. Enriquecimento⁸ da capoeira com leguminosas arbóreas de rápido crescimento, fixadoras de nitrogênio atmosférico, prática que proporciona maior produção de estoques de bioelementos por unidade de área e tempo, do que a capoeira espontânea.

⁵ <http://www.embrapa.br>

⁶ “A expressão “discurso competente”, que o autor retira de Marilena CHAUI (1982), refere-se à reivindicação corporativista, por parte de grupos específicos de “especialistas”, de legitimidade exclusiva para se pronunciarem e serem ouvidos a respeito de determinados temas. Ao negar às pessoas “comuns”, isto é, aos não-especialistas em uma dada matéria, o direito de participarem ativamente das decisões que envolvem a aplicação daquele saber, mesmo quando essa aplicação afeta as vidas e os interesses de muitos(...). Objetar essa postura, por outro lado, não é o mesmo que *desqualificar* o saber técnico (ou científico), evidentemente; o que se faz mister é *recontextualizar* esse saber” (...). (SOUZA, 2003, p. 69).

⁷ A operacionalização da trituração consiste nos seguintes passos: (i) a área a ser triturada é definida pelo produtor ; (ii) esta área deve ser visitada pela equipe do projeto e pelo produtor para verificar se existe algum fator impeditivo de realizar a trituração, por exemplo, dificuldades de acesso, buracos, acidentes geográficos, etc ; (iii) no caso da pesquisa, havia a recomendação de se fazer um estudo da biomassa da área, tanto quantitativo, como qualitativo (por problemas de tempo e de trabalhadores especializados disponíveis, isso nem sempre foi possível) ; (iv) trituração propriamente dita, sendo que o trator deve fazer duas passadas, a primeira de marcha a ré, portanto com a máquina na frente, para derrubada da vegetação e trituração grossa e a segunda com a marcha à frente, portanto a máquina atrás, para uma trituração mais fina. Todo esse processo, principalmente a trituração, devia contar com um veículo de apoio para deslocamento, combustível e outros materiais de apoio (Michelotti, 2002, p. 22).

⁸ O enriquecimento consiste no plantio de espécies arbóreas no último período de utilização da área agrícola, para que estas árvores iniciem seu crescimento ainda durante a fase agrícola, possivelmente se beneficiando de alguns tratamentos culturais, e depois do abandono apresentem rápido crescimento para recomposição das capoeiras. As espécies priorizadas pelo projeto

Entretanto, para a efetivação concreta e séria dessas inovações necessita-se de um melhor esclarecimento sobre os processos de tomada de decisão na pequena produção, visto que, segundo Costa existe uma tendência inovadora por parte dos camponeses no processo contraditório de adaptações passivas ou mudanças radicais em relação às condições estruturais, que implica “investimentos” muito mais à base da intensificação da jornada de trabalho do que do aporte de dinheiro de fora (Hurtienne, 2002).

Sendo assim, faz-se necessário um cuidado metuculoso por parte das ações implementadas por este projeto que visa, por exemplo, priorizar vantagens de médio prazo em detrimento das vantagens de curto prazo, neste caso, eliminar o uso do fogo como técnica de fertilização, o que diminui a perda de nutrientes da capoeira a médio e longo prazos, mas implica também gastos maiores para a compra de adubo no primeiro ano para compensar este efeito (Kato *et al.*, 1999 *apud* Hurtienne 2002).

De uma forma geral, verificamos que o Projeto Shift-Capoeira – efetuado pela EMBRAPA – pouco se preocupou em entender como se processavam as relações de trabalho do camponês em sua terra, desprezando os conhecimentos deles, e as suas iniciativas de complexificação da produção. Logo, os pesquisadores impuseram outras formas de relação do camponês com a terra, o que ocasionou um certo conflito de saberes, implicando em uma baixa produtividade agrícola.

Tendências da Reterritorialização camponesa

Mas se por um lado há a desterritorialização camponesa processada pelas políticas públicas e pelas iniciativas de inovação tecnológica, por outro, simultaneamente, observamos ainda que enquanto tendência, pois este estudo será mais metuculosamente efetuado na segunda fase da pesquisa, isto é em 2006, há a reterritorialização camponesa em Igarapé-Açu, realizada em múltiplas dimensões, isto porque embora tenhamos a partir dos projetos de desenvolvimento rural visualizados no município, uma proposta concreta de integrar o camponês ao mercado, tornando-o dependente e submisso à lógica deste e permitindo a penetração e o desenvolvimento do capital no espaço agrário local, verificamos, que à medida que este capital adentra neste espaço, também “cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social”.(OLIVEIRA, 2004, p.42).

Concomitante, o camponês em Igarapé-Açu resiste em sua dimensão territorial mais simbólica, sobretudo através de suas crenças, tradições e do sentimento de pertencimento aquela terra, ou seja, tais elementos simbólicos são motivadores para o não desvincilhamento territorial.

Na dimensão territorial econômica, a partir do processo de complexificação dos sistemas de produção (HURTIENNE, 2001 p.193), averiguamos uma tentativa de não se ligar ao mercado regional efetivamente, a partir da especialização, e sim buscando alternativas viáveis de manterem sua sobrevivência de base produtiva diversificada e familiar.

Por fim, na dimensão territorial jurídico – política, há uma tentativa, por parte do camponês, de manter sua parcela de terra no seio de sua família, procurando, dessa maneira, não adentrar no

têm sido leguminosas, com capacidade de fixação de nitrogênio atmosférico, contribuindo assim para a melhor recuperação da fertilidade do solo. Basicamente, as espécies trabalhadas são: acácia ; ingá ; tachi branco (Michelotti,2002, p. 43).

financiamento do Estado que o torna dependente do sistema bancário, levando-o ao endividamento e possível criação de uma conjuntura em que a possibilidade de ficar sem seu território é a mais visível. No quadro sócio-espacial de Igarapé-Açu, o território camponês vem passando por várias transformações, as quais estão redefinindo a relação do camponês e sua terra, isto é, estão se integrando, mesmo que gradualmente, ao mercado, produzindo em função dele, perdendo o controle sobre seu tempo e seu espaço. Mas ao par desta desterritorialização eminente, existem formas específicas e residuais de resistência, as quais contribuem para uma possível reterritorialização camponesa.

Referências Bibliográficas:

BOLDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta I. Medeiros. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social**. São Paulo: ed. Casa Amarela e ed. Paz e Terra, 2004, p.19 - 25.

CORRÊA, V. P; ORTEGA, A. C. **Pronaf**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – qual o seu real objetivo e público-alvo? In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 40 o . *Anais...* Passo Fundo: SOBER, jul.2002.

COSTA, F. A. **Formação Agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

HAESBAEST, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HURTIENNE, Thomaz P. Agricultura Familiar e Desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia N. et al. (org.) **Estado e política pública na Amazônia**: Gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 2001, p. 177-283.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Os camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Petrópoles, 1995.

_____. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MICHELOTTI, F. **Análise micro-econômica dos impactos e das conseqüências da tecnologia de cobertura morta no âmbito do projeto shift / capoeira**. Relatório de Pesquisa. Belém: UFPA / NAEA, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de **Geografia agrária**: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta I. Medeiros. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social**. São Paulo: ed. Casa Amarela e ed. Paz e Terra, 2004, p.29 – 70.

SÁ, T. D. A. (2000). **Tecnologias para a agricultura familiar na Amazônia**. Disponível em: < <http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 30/08/2004.

SILVA, Jose Graziano da. **Pesquisas – O Novo Rural Brasileiro**. São Paulo: FECAMP, 1999.

SOUZA, Carlos Henrique Lopes de. **Elementos para a Compreensão da Territorialidade Camponesa na Amazônia:** a experiência dos trabalhadores rurais em Araras e Ubá (Pará). Dissertação de Mestrado. Pernambuco: UFPE, 2002.

SOUZA, M. L. (2002) **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.